

Com o tempo a favor

O tempo joga a favor dos devedores. Essa convicção foi mostrada ontem pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, a propósito da renegociação da dívida externa brasileira. Não se trata aí apenas da expectativa de uma baixa nas taxas de juros - embora o ministro tenha manifestado a esperança de que haja até uma pequena reversão na atual tendência altista - nem mesmo da possibilidade de que a crescente onda de protecionismo. A verdade é que, como confirmam assessores do Ministério, os credores estão mostrando maior flexibilidade na negociação das **rolagens** de dívidas.

Essa flexibilidade ainda não encontrou manifestações concretas, traduzidas na concessão de condições notavelmente mais favoráveis a qualquer dos grandes devedores. Alinha-se, porém, uma série de declarações, todas elas partidas de figuras de relevo no mundo das finanças, no sentido de se admitir posturas que, até há pouco, seriam impensáveis, vindo de quem vem.

É assim que os banqueiros alemães falam abertamente na chamada **capitalização dos juros**, ou seja, no adiamento do pagamento dos juros devidos pelos países em desenvolvimento, incorporando-os ao principal da dívida. Uma proposta não muito diversa da que fez hereticamente, há algumas semanas, o ex-presidente do Banco Central, Paulo Lira. Banqueiros norte-americanos, como Anthony Salomon, presidente do Banco Central do Estado de Nova Iorque - o estado em que ficam as sedes de muitos dos principais credores brasileiros - defenderam já tese muito parecida, como a limitação dos juros cobrados, em taxa ou em volume. E o próprio presidente do Federal Reserve, o Banco Central norte-americano, o temido Paul Volcker, mostrou-se surpreendentemente brando com relação a essas sugestões.

Na realidade, como mostrava há alguns dias um especialista norte-americano que visitava o Brasil a convite da USIS, o professor Benjamin Cohen, da Fletches School of Law and Diplomacy, muita coisa já se modificou desde que, na esteira do **setembro negro**, o Brasil seguiu o México e outros países em uma forçada renegociação de seus débitos. Ele acredita que negociações posteriores, notadamente a da Argentina, encontraram clima mais propício que as 35 realizadas antes. Como exemplo, Cohen cita a taxa de juros obtida pelo governo argentino, devendo cobrar-se de 0,5 a 1 por cento acima da **libor**, dimensão praticamente inédita em situações como essa. Da mesma forma, registra o professor, o governo norte-americano desempenhou papel mais visível como elemento de último recurso, para não falar de outros governos, como Brasil, México, Colômbia e Venezuela, que até adiantaram créditos.

“Tudo isso mostra que se está evoluindo, ainda que lentamente, para uma nova fórmula de renegociação”, conclui Cohen. Essa nova fórmula, em sua opinião, terá como característica básica retirar alguns dos ônus dos países devedores. Essa opinião não é isolada: como ele pensam outros especialistas. Está ganhando corpo até nos Estados Unidos uma fórmula antes vista como absurda, a de retirar dos juros o índice correspondente ao da inflação, capitalizando-o. Haveria assim uma tendência ao abrandamento por parte dos credores, tanto mais acentuado - como admitiu Volcker - quanto vêm sendo bem-sucedidos os programas de ajuste econômico.

Exatamente por esses motivos é que o governo brasileiro, como informa Galvêas, prefere esperar. “Nós não temos nenhum problema imediato de liquidez”, lembra o ministro da Fazenda. O quadro geral, com alta de juros e aumento do protecionismo, pode não ser muito auspicioso para o Terceiro Mundo. Mas a evolução da posição dos credores, quanto ao problema específico da renegociação de dívidas, pode revelar-se favorável.